



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Campus Reitor João David Ferreira Lima –CEP 88040-900

Trindade - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil | www.prpg.ufsc.br / +55 (48) 3721-8314

MEMORANDO CIRCULAR nº 22/PROPG/2012

Florianópolis, 03 de setembro de 2012

Aos: Coordenadores de Programas de Pós-Graduação

Assunto: esclarecimentos sobre acúmulo de bolsa DS e REUNI c/ atividade remunerada

Senhores Coordenadores,

Diante do aumento do número de solicitações de esclarecimentos sobre as bolsas CAPES DS e CAPES REUNI, a PROPG/UFSC reforça os esclarecimentos já fornecidos anteriormente sobre as exigências estabelecidas pelas agências de fomento para implementação de bolsas de mestrado e de doutorado.

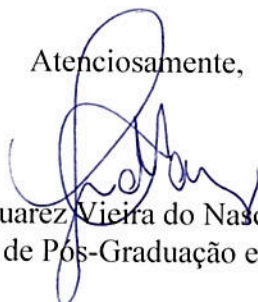
As bolsas CAPES DS são normatizadas pela Portaria Nº 076, de 14 de abril de 2010. O Regulamento do Programa de Demanda Social (DS) exige do estudante a dedicação integral às atividades do Programa de Pós-Graduação, a fixação de residência na cidade onde realiza o curso, a comprovação de desempenho acadêmico satisfatório e a realização de estágio de docência. Além disso, estabelece que o estudante não pode acumular a percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro Programa da CAPES, de outra agência pública, nacional ou internacional, ou empresa pública ou privada.

Dentre as excepcionalidades admitidas para o acúmulo das bolsas, o Regulamento do Programa de Demanda Social (DS) permite que o estudante bolsista, quando selecionado para exercer as atividades de docência como professor substituto em instituição pública de ensino superior, atue com a devida anuência do seu orientador, da Coordenação do Programa e da Comissão de bolsas CAPES/DS do Programa de Pós-Graduação (aprovação pelo Colegiado do Programa). Assim, os estudantes que já se encontram atuando como professores substitutos não poderão ser contemplados com bolsas CAPES DS. Da mesma forma, os estudantes bolsistas CAPES DS poderão receber bolsa da Universidade Aberta do Brasil (UAB), desde que sejam convidados/selecionados para atuar como tutores. Aos demais agentes da UAB não será permitido o acúmulo dessas bolsas, como é o caso de professor da UAB.

Outra situação similar de complementação financeira, permitida pela Portaria Conjunta nº 001/CAPES/CNPq de 15 de julho de 2010, ocorre quando o estudante bolsista buscar o exercício de função remunerada em atividade profissional relacionada à sua área de formação acadêmica, científica e tecnológica, desde que autorizada pelo professor orientador, Coordenação do Programa e da Comissão de bolsas CAPES/DS do Programa de Pós-Graduação (aprovação pelo Colegiado do Programa).

As bolsas CAPES REUNI são normatizadas pela Portaria Nº 582/MEC, de 14 de maio de 2008, a qual determina que os bolsistas de mestrado e doutorado CAPES REUNI devem atender, além das exigências específicas do Programa de Bolsas REUNI de Assistência ao Ensino, a todos os demais requisitos de bolsistas CAPES DS. Além disso, devem seguir a regulamentação deste programa no âmbito da instituição, a qual foi estabelecida na UFSC pelo Comitê Gestor das Bolsas CAPES REUNI de Assistência de Ensino, conforme informado por meio do Memorando Circular Nº 022/PRPG/2011, de 17 de agosto de 2011. As Orientações Gerais para Implementação das Bolsas REUNI de Assistência de Ensino, aprovadas pelo Comitê Gestor de Bolsas REUNI/UFSC em 03 de abril de 2009, estabelecem que os estudantes bolsistas não estão autorizados a atuar como professor substituto, como tutor UAB e nem exercer outra atividade remunerada. Tal decisão é referendada pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES (DIFES), da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, que esclarece que o bolsista CAPES REUNI não pode acumular a sua bolsa com nenhum outro tipo de bolsa ou tutoria (Ofício Circular Nº 060/2010/MEC/SESu/DIFES/CGEG).

Atenciosamente,



Prof. Juarez Vieira do Nascimento
Pró-Reitor de Pós-Graduação em exercício